

REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES

Sônia Maria Santos¹
Damáris Naim Marquez²

RESUMO: *Esta é uma reflexão sobre os caminhos pelos quais a formação dos alfabetizadores tem se consolidado. Este tema tem sido alvo de estudos, pesquisas e intervenções, sendo oferecido por diversos profissionais. As diferentes modalidades de formação têm tratado de forma equivocada o alfabetizador, simplificando e fragmentando seu conhecimento e suas reais necessidades diante do complexo universo que envolve o processo de aquisição da aprendizagem da leitura e da escrita.*

PALAVRAS-CHAVE: Formação, Alfabetizador, Aprendizagem

ABSTRACT: *This is a reflection about the ways the formation of teachers is being structured. This theme has been target of many studies, research and intervention by many professionals. The different ways of preparing professionals haven't been appropriated to the teacher. They simplify and fragment the knowledges and their actual needs when in relation to the complex environment in which the process of acquisition of learning how to learn and write takes place.*

KEY WORDS: Formation, Teachers, Learning

No discurso do fracasso, a reprovação e a evasão emergem sinalizando deficiências relacionadas ao professor alfabetizador. Este artigo apresenta algumas reflexões a respeito da formação do professor alfabetizador, especificamente ligadas às ações educativas realizadas por professores de Universidades e instituições que participam do projeto "Alfabetização Solidária." Com base nos depoimentos dos professores³ que participaram dos encontros de avaliação das ações desencadeadas junto aos futuros professores

¹ Doutora em História da Educação; Professora de Alfabetização na FAGED/UFU.

² Doutora em Linguística Aplicada; Professora do Progr. de Mestrado em Educação - UFU

³ Maiores detalhes sobre esses professores estão explicitados no decorrer do texto.

alfabetizadores, levantaram-se algumas características dos grupos e as diferentes concepções que permearam seu trabalho. Os resultados evidenciam a importância de investigar os saberes e as práticas dos formadores de futuros professores alfabetizadores, no sentido de desvelar as teorias que permeiam seu trabalho para, a partir daí, formar pessoas que não mais perguntem o que fazer, mas que decidam por si próprias o que fazer e como fazer em sua prática escolar.

As políticas de formação permanente do alfabetizador (se é que podemos chamar de permanente) não ficam atrás das políticas de Educação Básica. Estas, por sua vez, são traduzidas e assumidas sob as mais variadas concepções e, conseqüentemente, têm recebido denominações também diversas, apresentando um caráter de “Reciclagem”, “Treinamento”, “Capacitação em Serviço”, “Formação Permanente”, “Formação à Distância e Continuada”, dentre outras. No entanto, observa-se que muitas das modalidades de trabalho tratam de forma equivocada o profissional que atua na alfabetização, simplificando e fragmentando seu conhecimento e suas reais necessidades, se considerarmos o complexo universo que envolve o processo de aquisição e aprendizagem da leitura e da escrita.

Percorrendo o caminho de formar, permanentemente, professores alfabetizadores, nos contatos que tivemos com órgãos públicos que atuam nessa área, em várias regiões do Brasil, principalmente o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, observamos, algumas vezes, que a necessidade de provocar inovações rápidas na prática do alfabetizador tem levado as Secretarias Municipais de Educação (Prefeituras) e as Superintendências Regionais de Ensino (Estado de Minas Gerais), as NAES (Estado/SP) e os CREDES (Estado/Ceará) à produção ou aquisição de “Pacotes de Treinamento”⁴, “Reciclagem” ou de “Capacitação em Serviço” descontextualizados, apresentando distorções teóricas, que acabam por confundir o professor alfabetizador, com sérias conseqüências para sua prática.

A esse respeito, constata-se que a grande maioria dos cursos e pacotes que se destinam à formação de professores alfabetizadores precisa ser repensadas e terem alterados os seus objetivos, conforme denuncia GARCIA (1996, p.25-36):

⁴ A título de exemplo, podemos citar a Prefeitura Municipal de Uberlândia, que, em 1995, comprou um pacote de cursos, com valor de R\$ 800,000,00 (oitocentos mil reais), da Consultoria Técnica Educacional - CTE, de Belo Horizonte, segundo o publicado no Jornal Informativo do Município de Uberlândia, em 1997.

Treinamento de professores nos quais se ensina como a criança aprende e como o professor deve ensinar, sem considerar a prática concreta dos professores, é radicalmente oposto a partir da prática docente, proporcionar a troca de experiências entre os professores e a teorização sobre a prática, ampliando e aprofundando o conhecimento empírico dos professores com o conhecimento científico de ponta.

Nesse sentido, considerando que vimos atuando como docentes⁵, formadores de professores alfabetizadores na Universidade Federal de Uberlândia, gostaríamos de refletir sobre algumas propostas e práticas que observamos estarem sendo utilizadas, no Brasil, por pesquisadores e estudiosos que cuidam da formação continuada de alfabetizadores. Faz-se necessário, primeiramente, esclarecer que, além das próprias experiências pessoais como docentes, as nossas pesquisas levaram-nos à realização de investigações relacionadas a conceitos e pressupostos matemáticos, à leitura compreensiva ligada à prática pedagógica no Ensino Fundamental, bem como às de formação de professores alfabetizadores.

⁵ Uma das autoras deste artigo, a professora Sônia Santos, tem uma trajetória que se consolidou através de dois caminhos. De um lado, o trabalho realizado na Prefeitura Municipal de Uberlândia, exercendo variadas funções: professora de classes de alfabetização, coordenadora de escolas de alfabetização, diretora do ensino fundamental, coordenadora de um centro de estudos (Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais - CEMEPE). Por outro lado, como docente da Universidade Federal de Uberlândia, desde 1993, quando foi possível descobrir um universo rico em produções científicas que deveriam auxiliar o ensino público e a formação de professores alfabetizadores, mas que, contraditoriamente, são inócuas para a prática, ficando, na maioria das vezes, nas estantes, nas coordenações de cursos de pós-graduação em Educação ou nas Bibliotecas, por falta de ações que socializem estudos importantes para a formação do professor alfabetizador. Isto foi particularmente significativo no processo de descoberta efetuado durante a construção e a execução de sua pesquisa de Mestrado, *O Conhecimento Matemático na Primeira Série: Conceitos e Pressupostos dos Professores*, momento no qual puderam ser pesquisados os conceitos e pressupostos verbalizados pelos professores alfabetizadores em entrevistas, acompanhados da análise de sua prática pedagógica na primeira série do Ensino Fundamental. Nesse estudo, constatou-se que o professor alfabetizador *verbaliza uma concepção de conhecimento e que pratica outra*, acreditando, ainda, na importância da memorização, na repetição exaustiva e nas associações entre estímulo e resposta para a aquisição de conhecimentos. Ao final dessa pesquisa, algumas questões ficaram muito aguçadas tais como: Quem são os alfabetizadores brasileiros? Como esses alfabetizadores constroem seus conhecimentos? Com experiência na área de Língua Portuguesa, nos ensinos Fundamental, Médio, Graduação e Pós-Graduação, a segunda autora, Doutora Damaris Naim Marquez, desenvolveu estudos em Linguística Aplicada no Mestrado e Doutorado, mediante vivências com alunos com problemas na leitura e compreensão de textos, investigações que buscaram observar os fatores que interferem na compreensão e de que modo as estratégias de leitura poderiam estar contribuindo para a superação dos problemas.

Inicialmente, descobrimos, nos caminhos trilhados em várias regiões do Brasil, principalmente nos encontros com diretores, coordenadores pedagógicos e secretários municipais de educação ligados a centros de estudos e/ou escolas públicas, responsáveis pela formação dos alfabetizadores, nas cidades que, geograficamente, pertencem ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que pouco se sabe sobre as representações de seus saberes e de suas práticas. Especialistas (orientadores e supervisores) afirmaram, em seus depoimentos, que formam grupos de professores alfabetizadores competentes, mas decidem tudo por eles, ou seja, o que estudar, com quem estudar, em que períodos do ano, quais os congressos ou encontros de que irão participar e em que lugares. Dessa forma, ao professor alfabetizador resta apenas a tarefa de realizar o que foi pensado para eles e ministrar suas aulas. Posteriormente, os estudos junto aos professores alfabetizadores também mostraram que sua prática cotidiana revela, muitas vezes, uma atitude pedagógica contraditória em relação ao processo da apropriação do mundo letrado: ele verbaliza uma concepção e pratica outra. (Cf. GARCIA, 1995 e SANTOS, 2001)

Sabemos que a necessidade de professores formados e especializados é reclamada desde as primeiras décadas do século XIX, e que a crítica à formação de professores já há muito faz parte da preocupação de estudiosos com as lacunas culturais do Brasil. Essas questões ligadas à formação básica do alfabetizador também são discutidas pela professora e pesquisadora LEMLE (1987, p.64), pois, em sua visão,

Para minorar o fracasso de nossa alfabetização, é necessário sanar a formação falha dos responsáveis diretos pela alfabetização - os alfabetizadores. As escolas normais não preparam devidamente nossos alfabetizadores, são tremendamente insuficientes. São atirados na tarefa sem receber o mais elementar dos subsídios teóricos para se escorarem em sua prática.

Outro ponto relacionado ao processo de alfabetização, que deve ser ressaltado, diz respeito aos cursos de formação de Magistério, de Pedagogia e de Letras, por exemplo. Observam-se muitas discussões, mas superficiais, o que gera lacunas e despreparo na formação dos futuros educadores. Sobre essa formação, LAJOLO (1982, p. 53) diz ser necessária uma nova formação teórica do professor nessa área, uma vez que,

se a relação do professor com o texto não tiver significado, se ele não for um bom leitor, são grandes as chances de que ele seja um

mau professor. E, à semelhança do que ocorre com ele, são igualmente grandes os riscos de que o texto não apresente significado nenhum para os alunos, mesmo que eles respondam satisfatoriamente a todas as questões propostas.

Expostos esses posicionamentos, consideramos importante pontuar alguns programas e propostas que vêm sendo oferecidos desde 1996. Temos, como educadoras e pesquisadoras interessadas na formação de alfabetizadores, especificamente na Universidade Federal de Uberlândia, dedicado um olhar cuidadoso ao programa Alfabetização Solidária.

Assim, retrocedendo um pouco em nossas reflexões, podemos assinalar que, no ano de 1996, o Conselho da Comunidade Solidária⁶ convocou a sociedade civil para uma parceria em vários programas, e o que nos interessou particularmente foi o Programa Alfabetização Solidária⁷, cujo objetivo inicial era a formação de alfabetizadores com o intuito de diminuir os índices de analfabetismo nas regiões Norte e Nordeste, considerados altos se comparados às taxas das regiões Sul e/ou Sudeste.

No primeiro trimestre de 1997, os órgãos governamentais apresentaram um diagnóstico explicando a situação da educação no Brasil, enfatizando que *o país não poderia mais tolerar uma situação caracterizada por baixíssima produtividade do sistema educacional, traduzida por elevados índices de evasão, que consomem quase 1/3 do que é gasto em educação.* (MINTO, 1996, p. 5) Mas, se retrocedermos um pouco no tempo, veremos que os dados do Censo de 1991 indicavam que cerca de 2,2 milhões de crianças e 1,3 milhão de adolescentes brasileiros, jovens e crianças em idade escolar, não sabiam ler. Nota-se, hoje, que, mesmo após os investimentos, o analfabetismo ainda atinge mais de 30 milhões de pessoas no país. (MELO, 1997, p. 18) Esses indicadores de analfabetismo delineiam um quadro inaceitável.

Em busca de alternativas que minimizassem tal situação, nesse mesmo

⁶ Comunidade Solidária é uma ONG - organização não governamental -, que tem a finalidade de gerir programas sociais, culturais e educativos sem fins lucrativos; incentivar parcerias entre o governo e diversas organizações da sociedade, cujas ações estão voltadas para as populações mais necessitadas. Seu papel básico é o de mediador entre os diversos parceiros.

⁷ Alfabetização Solidária é um programa da Comunidade Solidária, sendo concebido com o propósito de desencadear ações que buscassem combater o analfabetismo, considerado uma das piores formas de exclusão social.

ano, implantaram-se programas tais como o Ciclo Básico⁸ e instituiu-se o Ano Internacional da Alfabetização, que resultou em uma proposta de eliminar o analfabetismo até o ano 2000. Para tanto, realizaram-se congressos, seminários, encontros e cursos para alfabetizadores.

Outro programa, ainda na área de formação de professores, liga-se a projetos criados pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, que, em parceria com Banco Mundial, em 1997, apoiou financeiramente propostas pedagógicas e cursos de formação para professores e diretores do quadro efetivo do Estado e municípios - o PROCAP e PROCAD⁹. Procurava-se, dessa forma, contribuir para a solução de “um mal crônico da educação”- o analfabetismo. Esses programas visavam, por meio da Formação de professores, diminuir a cultura da reprovação, ora propondo o respeito às diferenças individuais, ora trabalhando os conteúdos de forma interativa, centrado na motivação do aluno.

Nos desdobramentos das atividades realizadas pelo Programa Alfabetização Solidária, a coordenação nacional executiva propôs e realizou quatro seminários de avaliação dos trabalhos executados pelas universidades parceiras. Nesse eventos, os professores tiveram, pelo menos, dois espaços para divulgarem seus trabalhos de formação. Num primeiro momento, relataram suas experiências, em pequenos grupos ou nas plenárias; em outro, uma mostra em que os coordenadores setoriais, também professores das universidades, expuseram seus trabalhos de formação e práticas pedagógicas com a alfabetização¹⁰. Nesses encontros, evidenciou-se a presença de três grupos, bem distintos, de formadores de professores alfabetizadores,

Escolhemos, para a discussão desses relatos feitos nos seminários, agrupar as exposições para melhor visualização das práticas de formação de

⁸ Alternativa que implica a execução do processo de alfabetização em um bloco de quatro anos, sem retenção, reunindo as crianças de acordo com seu aproveitamento a cada etapa do processo. O aluno que antes ficava “retido” na 3ª série, por não conseguir ler e nem efetuar as quatro operações, passa a permanecer, hoje, na 4ª série, etapa em que está fixado o término do Ciclo Básico de Alfabetização. (Resolução - SEE/ MG de 18/11/97)

⁹ Programa de Capacitação de Docentes e Programa de Capacitação de Diretores que foram implantados pela SEE-MG em 1997/1998.

¹⁰ Os dados aqui relatados tiveram como referência o registro escrito dos trabalhos expostos nas mostras de materiais, como também a gravação de alguns depoimentos verbalizados pelos professores de várias universidades brasileiras em três anos de trabalho, período compreendido entre 1997 a 1999, em quatro seminários consecutivos.

algumas universidades. Assim, no primeiro grupo, evidenciaram-se, tantos nos relatos de experiência como na mostra de materiais, práticas de alfabetização ligadas a concepções que marcaram o processo de alfabetização no início do século XX. As hipóteses que auxiliaram nossas reflexões sobre tais posicionamentos são as de que esses professores ainda não se apropriaram das pesquisas e descobertas nessa área ou, se as conhecem, suas crenças ainda estão ancoradas em princípios que não lhes permitem acompanhar essa evolução por acreditarem que a aprendizagem da leitura e da escrita efetua-se pelo treino e pela repetição exaustiva do conhecimento. Por exemplo, a formação de professores alfabetizadores, durante um grande período, privilegiou algumas áreas em detrimento de outras, provocando um desequilíbrio no processo de construção do conhecimento, optando por trabalhar questões “afetivas”. Isso se constata na fala de uma expositora: *Os alfabetizadores foram retirados de seu habitat natural e isso fez com que ficassem fragilizados, necessitando de um acompanhamento psicológico.*

Tais fatos têm aguçado nossas investigações, no sentido de tentar descobrir o porquê de algumas universidades e alguns formadores de professores ainda utilizarem, no processo de formação do alfabetizador e do alfabetizando, as associações de figuras e sílabas na formação de palavras, enfatizando a decodificação sem significado para ambos e, ainda, sugerindo, por meio de suas práticas, que a apropriação do mundo letrado se faz silabando ou soletrando letras e palavras.

No segundo grupo, descobrimos representantes de universidades que não tinham experiência na área, mas viram no programa a possibilidade de serem parceiros em uma “grande obra social”. Essas instituições, segundo os relatos, escolheram um professor de outras áreas, mas com a finalidade de conhecer os problemas.

Como o Nordeste é um sertão seco e árido, para muitos professores das instituições superiores, ir para essas regiões foi uma decepção. Assim, algumas pessoas, após a primeira visita, desistiram. Outros, os que permaneceram, acompanharam o processo de formação e alfabetização no município, optando por realizar as visitas por telefone ou ficando apenas um dia para realizar todo o trabalho, ou seja, fazer as visitas às salas de aula, oferecer cursos de formação continuada e ainda manter encontros com as lideranças locais.

Já o terceiro grupo apresentou, nos seminários, alternativas que se aproximavam muito da real necessidade dos professores alfabetizadores, tanto

do ponto de vista conceitual como metodológico, sabedores de que as práticas e representações desse grupo são complexas. Como integrantes desse grupo, nossa opção foi a de registrar três experiências. Em consequência, foi critério de escolha selecionar uma universidade no Sul, uma no Sudeste e a outra no Nordeste, para que as experiências pudessem exemplificar a evolução e as conquistas das pesquisas nessa área. Para exemplificar, podemos citar o trabalho da professora Sílvia Terzi/UNICAMP. Sua concepção de formação ancora-se no letramento do alfabetizador e do alfabetizando, propiciando aos dois condições de participarem de práticas sociais em que a escrita e a leitura sejam utilizadas tanto individualmente como coletivamente. Acredita-se que, por meio dessas práticas de letramento, poderão apropriar-se dos usos e funções sociais da escrita. Esta opção afasta-se consideravelmente daquela do primeiro grupo, que ainda vê um processo de alfabetização mecânica, em que a codificação e a decodificação estão totalmente desvinculadas de qualquer uso real da linguagem e do contexto cultural do aluno.

Outra referência importante são as reflexões da professora Carmen Sigwalt/Federal do Paraná. Segundo ela, a formação, necessariamente, passa pelas concepções de mundo, de homem e de educação, não sendo possível falar de formação de alfabetizadores, ignorando o contexto em que foram produzidos e em que produzem suas histórias. Seria o mesmo que negar o que o ser humano tem de mais dinâmico, a vida.

O terceiro professor, João Francisco de Souza, da Federal de Pernambuco, acredita no trabalho com temas geradores. Enfatizou que estes são fatores de interação entre as várias áreas do conhecimento e, como alternativa metodológica, utiliza o recurso das oficinas, tanto no processo de formação dos alfabetizadores como também na apropriação da leitura e da escrita pelos alfabetizandos.

A Universidade Federal de Uberlândia, também integrante desse último grupo, optou por inserir os professores alfabetizadores leigos num contexto de vivências e dinâmicas incorporadas a oficinas temáticas, organizadas especificamente para a formação inicial dos alfabetizadores do Ceará. A escolha deu-se pela crença de que a língua escrita é concebida como um objeto cultural que cumpre funções sociais e não como um fim em si mesma.

Constatou-se, durante o desenvolvimento do projeto no município de Granjeiro/Ceará¹¹, dentre outros aspectos, que a linguagem escrita raramente

¹¹ Município coordenado pela professora Dra Sônia Maria Santos, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia desde 1997.

era utilizada para comunicar algo ou como instrumento para aquisição de outros conhecimentos que não fossem ela própria. Sabe-se que as oportunidades de uso e contato com o mundo da escrita não determinam apenas o nível de compreensão que o alfabetizando tem sobre as funções desse tipo de registro, mas também parece contribuir para níveis motivacionais para a aprendizagem da leitura e da escrita, como mencionado por CARRAHER (1983). Segundo a autora, alunos da classe média e alta estariam motivadas para essa aprendizagem por encontrarem usos imediatos para a linguagem escrita em suas vidas; enquanto os alunos da classe baixa veriam na linguagem escrita apenas uma possibilidade de livrar-se do analfabetismo, não apresentando, portanto, a mesma motivação.

Vale ressaltar que, no discurso do fracasso, a reprovação e a evasão emergem, até hoje, sinalizando deficiências, tanto no alfabetizando como no professor alfabetizador. Nesse contexto, são apontadas algumas variáveis, dentro e fora dos muros da escola. Muitas vezes, as dificuldades que os alfabetizados trazem são agravadas por fatores internos na escola. Com as mudanças de paradigmas educacionais recentes, incluindo a promoção automática, o discurso do fracasso tem mudado de forma, transparecendo, agora, na baixa aprendizagem dos conteúdos, com reflexos futuros na escolaridade.

Essas reflexões e as descobertas científicas na área da alfabetização têm apontado inúmeros e complexos fatores a serem superados para que os professores alfabetizadores venham a ter uma atuação docente eficaz, pois não basta mudar o profissional, faz-se necessário mudar também o contexto no qual ele atua.

Diante do exposto, vemos a relevância de investigar os saberes e práticas dos professores alfabetizadores¹², no sentido de desvelar se eles são influenciados ou não pelos cursos de formação, com vistas a detectar e analisar as construções históricas elaboradas ao longo de sua vida.

Dessa forma, podemos justificar a nossa inserção nesse universo ligado à formação permanente de professores alfabetizadores, considerando, de um lado, a preocupação com o isolamento de certas regiões nas decisões políticas relativas ao processo de alfabetização e, de outro, o desconhecimento por parte dos professores alfabetizadores quanto à produção científica da área nas últimas décadas. Esses fatores e outros já relatados no presente artigo levaram-nos a

¹² Informações a respeito desse tema podem ser encontradas em SANTOS, 2001.

iniciar um processo de investigação, na busca de alternativas para a compreensão e a superação dos problemas relacionados à construção dos saberes e práticas dos professores alfabetizadores.

Acreditamos que o desejo da maioria dos estudiosos e pesquisadores brasileiros seja o de que os professores alfabetizadores não mais perguntem o que fazer, mas o que devem saber para fazer, a fim de decidirem por si mesmos o que fazer e como fazer, rompendo com a concepção de alfabetização mecânica e linear.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRAHER, T. N. (Org.). **Aprender Pensando**; Contribuições da Psicologia Cognitiva para a educação. Recife: SEE/PE, 1983.

Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais – CEMEPE. **Caderno Informativo**. Uberlândia: V.1, N.1, Maio, p.1 -19, 1991.

FERREIRO, E. **Com todas as letras**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GARCIA, S M O Conhecimento Matemático nas Séries Iniciais. **Dissertação de Mestrado UFU**. 1995.

GARCIA, R. et Alli. **Projeto de Assessoria à Educação Pré-Escolar**. Rio de Janeiro: 1989 (mimeo).

GEEMPA, **Alfabetização em Classes Populares**. Porto Alegre: KUARUP, 1987.

KLEIN, L. R. **Alfabetização**: Quem tem medo de ensinar? São Paulo: Cortez, 1996.

KRAMER, S. **Alfabetização leitura e escrita**: formação de professores em curso. Rio de Janeiro: Papéis e Cópias da Escola de Professores, 1995.

_____. (Org.). **A formação da professora alfabetizadora**, Reflexões sobre a prática. São Paulo: Cortez, 1996.

LAJOLO,

LEMLE, M. **Guia do alfabetizador**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

MINTO, César Augusto; MONTEIRO, A. ; CATANI, A M. **A nação convocada: subsídios para a análise de um documento governamental**. ANPED, Caxambú/MG: 1996. (comunicação).

NÓVOA, A. **A formação contínua entre a pessoa-professor e a organização-escola**. Inovação: Lisboa, 4(1), p.62-76, 1991.

_____. **Os professores e sua formação**. Publicações Dom Quixote III E: Lisboa, 1992.

NUNES, C. **Lição de vida aprendendo a ser professor**. Legenda, Rio de Janeiro, 5 (9):25-43, ago./dez. 1984.

SIGWALT, C. S. B. **A formação do professor alfabetizador: caminhos e descaminhos**. 1993. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Paraná.

SANTOS, S. M. **Histórias de Alfabetizadoras Brasileiras. Tese de doutorado**. PUC/SÃO PAULO.

SOARES, M. B. **As muitas facetas da Alfabetização. Cadernos de Pesquisa**. (52): 19-24, 1995.